



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000260-89.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **FABIANO FERREIRA DA SILVA**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

FABIANO FERREIRA DA SILVA propôs ação de cobrança securitária em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**.

Alega, em síntese, que no dia 27/08/2014 sofreu grave lesão decorrente de acidente de trânsito. O requerente recebeu administrativamente a quantia de R\$ 2.362,50. Requer o pagamento da indenização no valor de R\$11.137,50.

Inicial acompanhada dos documentos de fls.07/32.

Houve ato citatório positivo (fl.37).

Prazo para defesa passou *in albis*, ocorrendo a revelia (fls. 38/39).

Laudo pericial às fls. 67/71.

Impugnação ao laudo pericial pelo requerente às fls.75/76.

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

Autos em ordem, com conjunto probatório mais do que suficiente, comportando o julgamento no estado.

Restou evidenciada a debilidade permanente do autor, o que foi constatado pelo laudo pericial de fls. 67/71, que também reconheceu o nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e as sequelas.

Acerca da incapacidade, o perito médico a aferiu em 17,5%, devendo ser a indenização proporcional ao grau verificado, e isso levando em consideração o valor máximo para casos semelhantes.

Compulsando os autos, observa-se que o sinistro ocorreu em 27 de agosto de 2014.

A lei nº 6.194/74 disciplina a gradação das lesões sofridas para o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pagamento do seguro DPVAT, fixando o montante indenizatório em até R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente.

Portanto, importa asseverar que a indenização a que faz jus o requerente deve ser calculada conforme a tabela presente no anexo da Lei nº 6.194/74, que fixa o montante indenizatório de acordo com a espécie e gradação das lesões sofridas pelas vítimas de danos pessoais.

O valor, portanto, corresponde a 17,5% (fl. 70) do que seria cabível em caso de invalidez total (R\$ 13.500,00), ou seja, R\$ 2.362,50, quantia bem delineada pelo *expert*.

São despiciendo maiores argumentos para afastar as alegações feitas pelo autor. Cito ainda:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. I. Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. II. A extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. III. Recurso não conhecido. (REsp 1119614/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 31/08/2009, RSTJ vol. 216 p. 537).

Ocorre que o autor já recebeu tal quantia na via administrativa, conforme ele mesmo narrou e comprovou na peça inicial, não havendo, assim, mais nada a receber.

O deslinde é, pois, de rigor.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Arcará o autor com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00 (art. 20, §4º, do CPC).

Oportunamente, archive-se o feito.

P.R.I.

São Carlos, 26 de novembro de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**